



Anais da Assembleia

Nº 155

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 04 DE JANEIRO DE 1979

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 146ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 4 DE JANEIRO DE 1979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requerer, seja consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. HERWIN JOST, ocorrido hoje na cidade de Toledo, neste Estado. O mesmo foi sempre um homem probo e digno. Exerceu diversas funções públicas na referida cidade, as quais exerceu de forma exemplar e é merecedor do máximo respeito de todos que o conheceram.

Requer, outrossim, desde que o presente requerimento seja aprovado por esta Casa, envie-se uma cópia deste à família enlutada, ao seguinte endereço:

FAMÍLIA HERWIN JOST

Aos cuidados da Prefeitura Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1979.

(a) Egon Pudell

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, dia 2 do corrente, nesta Capital, da senhora Aparecida Ferreira Degasperi que era casada com o senhor Antônio Palmyro Degasperi. A extinta deixa os seguintes filhos: Professor Sylvio Antônio Degasperi, casado com a senhora Maria da Luz Degasperi e a senhora Suely Aparecida Degasperi Kuhlmann, casada com o senhor Eduardo C.

Kuhlmann, funcionário do Banco do Brasil — Agência de Paranaguá. Deixa ainda os seguintes irmãos: Sebastião Ferreira, casado com a senhora Dalva Botaccini Ferreira e Cel. Laurindo Ferreira Ribeiro, casado com a senhora Olinda de Godoy Ribeiro.

Requer, outrossim, que do pronunciamento da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1979.

(a) Fuad Nacli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e Cultura, solicitando a construção e instalação de uma unidade escolar de primeiro grau (antigo ginário), no Distrito de JOTA ESSE, Município de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino

JUSTIFICATIVA:

Segundo fomos informados, existem em JOTA ESSE, cerca de 250 (duzentos e cinquenta) alunos que já concluíram o quarto ano primário e estão sem condições de continuar seus estudos pela falta de um estabelecimento, nas proximidades, que seja o correspondente ao antigo ginásio.

O Distrito está localizado a aproximadamente 40 (quarenta) quilômetros da sede, o qual é ligado por estradas precárias, de difícil acesso.

Existem ali, mais ou menos 200 casas, somente no núcleo urbano, sem falar na área rural, cujas crianças igualmente seriam beneficiadas.

Outrossim, há que se salientar que muitas famílias estão deixando a localidade em decorrência da falta de estudos para os seus filhos, o que vem em prejuízo do crescimento daquele Distrito.

Estamos certos de que a Secretaria da Educação, através dos seus órgãos competentes tomará as providências necessárias no sentido de sanar esse grave problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Cláudio Hercílio Araújo, DD. Diretor Presidente da SANEPAR, sugerindo-lhe que o Distrito de Alvorada d'Oeste (Lindoeleste), no Município de Cascavel, seja dotado de poço artesiano, para suprir-se de água, bem como providenciada a rede de esgoto para aquela localidade.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino

JUSTIFICATIVA:

A concentração urbana do Distrito de Alvorada d'Oeste está próxima à divisa dos Municípios de Cascavel e Capitão Leônidas Marques, sendo uma localidade de grande porte, com mais de 200 casas residenciais, diversas casas de comércio, farmácias, hospital e escolas públicas.

Considerando que a água é elemento essencial à sobrevivência e levando-se em conta o expressivo desenvolvimento daquele distrito, estamos certos de que esse órgão não medirá esforços no sentido de atender essa premente e justa reivindicação.

cação, com a máxima urgência, dotando também aquela localidade da necessária rede de esgotos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Senhor Diretor do DER, solicitando seja construída uma rampa de acesso para retorno nas pistas de asfalto que passam pelo Distrito de Alvorada d'Oeste, na estrada Santa Teresa-Capitão Leônidas Marques, tendo em vista que o desnível existente entre uma e outra, de aproximadamente um metro, dificulta o tráfego entre as ruas daquela populosa localidade do Município de Cascavel.

Sal das sessões, em 4 de janeiro de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino

JUSTIFICATIVA:

Durante estes quatro anos de mandato, lutamos incessantemente pela construção da estrada Santa Teresa-Capitão Leônidas Marques.

Essa luta, promovida através de projeto de lei, requerimentos e diversos expedientes aprovados por esta Casa, paralelamente com esforços desenvolvidos por outros cidadãos interessados no progresso daquela região, resultou na concretização daquela rodovia.

Entretanto, dado os serviços de terraplenagem e de escavação procedidos para implantação do asfalto, na localidade de Alvorada d'Oeste, resultou um desnível de mais de um metro entre as duas pistas, de ida e volta, fato que vem ocasionando sérias dificuldades para o trânsito de veículos que trafegam pelas ruas daquele populoso distrito.

Estas, as razões da presente solicitação, no sentido de que sejam construídas as necessárias rampas de acesso, a fim de sanar esse problema.

Tendo em vista que o custo dessa operação é mínimo em relação ao da própria rodovia, estando perfeitamente ao alcance do DER executar essa pequena obra em favor da população de Alvorada d'Oeste e demais viajantes que se utilizam dessa estrada, pedimos a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando sejam tomadas providências para a extensão da rede de luz e força para a VILA SÃO PAULO, no Município de Formosa d'Oeste.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Vila São Paulo, situada no progressista Município de Formosa d'Oeste, necessita receber os benefícios da energia elétrica, a fim de continuar mantendo o desenvolvimento que se tem verificado.

Trata-se de um aglomerado com mais de 50 casas somente dentro da vila, sem falar nas fazendas que a cercam.

Por outro lado, já existe rede há apenas dois quilômetros dessa vila, o que vem facilitar a expansão solicitada, a qual poderá ser feita através do sistema de eletrificação rural que é de custo mais baixo.

Aliás, constatou-se que durante a campanha eleitoral foram distribuídos postes de luz em exagerada quantidade por toda a região, bem como ampliadas diversas redes elétricas. Assim, nada mais justo e também oportuno do que atender a reivindicação de extrema necessidade da população de Vila São Paulo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Ex.^a que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Ex.^{mo} Sr. Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado do Paraná, no sentido de que compreendendo S. Ex.^a as dificuldades por que passa o povo, em especial a classe assalariada, face à alta incontida do custo de vida, seja determinado pela COPEL um reestudo na elevação da tarifa de energia elétrica em 36% como está anunciando, para vigorar no corrente ano.

Sem dúvida, é surpreendente o aumento que se pretende impor aos usuários dos serviços dessa empresa que monopoliza o setor, porquanto contrasta de forma gritante com o apregoadado esforço do Governo no sentido de conter a onda altista do custo de vida, que, nessas condições, o próprio poder público a provoca.

De outro lado, o desarrazoado aumento trará ao povo indefeso que não pode prescindir do uso de energia, repercussão danosa, não só individualmente, mas que sentirá também face à elevação dos custos de produção.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1979.

(a) Lineu Turra

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 01/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada como utilidade pública, a "Fundação Alberto e Regina Diedrichs", com sede e foro na cidade de Imbituva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1979.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima pretende ser declarada de utilidade pública, e apresenta documentação anexa, pela qual se verifica que a mesma presta relevantes serviços à comunidade de Imbituva, na distribuição de bolsas de estudo em favor de jovens necessitados, com bom aproveitamento escolar. Assim sendo, pelos objetivos louváveis dessa fundação, é que submetemos a apreciação dos nobres Pares o presente plano de lei, o qual contamos com seu apoio e conseqüente aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

(Lê): "Nesta última oportunidade que nos é dada para manifestações em tribuna, antes do recesso parlamentar, sentimos na obrigação moral de fazer um registro que, acreditamos, é coerente com o pensamento de toda a comunidade paranaense.

Sabemos todos que a dimensão política do Governador Jayme Canet Júnior rompeu as fronteiras deste Estado e se afirmou como a do mais operoso e eficiente, e por isso o de maior prestígio, dentre os membros do colégio de governadores brasileiros que em março próximo encerram período de gestão.

Esse destaque e esse prestígio, avaliados em pesquisas de opinião e resultantes da dimensão da obra realizada, resultam nesta realidade de harmonia e otimismo que hoje vivemos no Paraná.

Em tempo algum este Estado recebeu um volume de obras públicas do porte das realizações dos quatro anos da administração Jayme Canet Júnior.

Tínhamos mil e cem quilômetros de estradas estaduais asfaltadas... Hoje, temos cinco mil, cento e cinqüenta quilômetros. Quatro vezes o que antes existia, com a construção de mais de mil quilômetros ao ano.

Este foi um governo de melhores caminhos, a nos apontar um caminho certo: o do Trabalho.

Seis mil salas de aulas foram feitas em quatro anos, com vagas para 600 mil crianças.

Nestes quatro anos, a produção agrícola aumentou em cinqüenta por cento. Duplicou o número de cidades que recebem água tratada. As hidrelétricas dos rios Paraná e Iguaçu vão duplicar toda a energia gerada hoje no Brasil. Cada ano, quarenta mil novos empregos estão sendo criados no setor industrial.

Cresce aqui um Estado onde o importante é a qualidade de vida do povo, onde as crianças têm mais escolas e oportunidades, o trabalhador mais empregos, as riquezas mais caminhos, as indústrias mais energia, o homem mais saúde.

Tecemos estas considerações rápidas, que não expressam nem como esboço o grande trabalho administrativo desenvolvido pela equipe do atual Governador, para justificar uma afirmativa.

O Paraná não pode prescindir de um homem público da dimensão, do talento e da capacidade de trabalho que são as características de Jayme Canet Júnior. Ao se afastar do cargo, por término de seu mandato, que se entregou com despreendimento à liderança que conquistou, e da qual não poderá abrir mão, com o mesmo despreendimento com que governou este Estado. Esperamos, confiantes, que essa dedicação se configure no exercício de um cargo na alta administração federal, onde Sua Excelência empenhe experiência, capacidade e dinamismo, não só em favor da gente paranaense, mas para boa sorte de toda Nação Brasileira."

E, para terminar, Sr. Presidente, quero associar-me ao requerimento apresentado pelo nobre Deputado Lineu Turra, protestando e com veemência contra a elevação das tarifas de energia elétrica.

E vou dizer porquê que eu me associo ao requerimento do nobre Deputado Lineu Turra. Não porque eu acho, sinto que não haja necessidade de um reajuste, não só nas tarifas de energia elétrica, mas enfim em quase todos os serviços de utilidade pública, devido a inflação que este ano campeou solta por este País. Entretanto, o nobre Deputado Lineu Turra talvez desconheça que o aumento não é apenas aquele anunciado pela Eletrobrás ou pelo Departamento Nacional de Energia Elétrica, mas o aumento chegará para o consumo da energia doméstica a mais de 50%. Porque os 36% é uma média da somatória da elevação da energia elétrica para consumo doméstico, consumo industrial e consumo rural.

Então a média é de 36%. Mas na realidade o assalariado, o povo que necessita de energia elétrica como necessita de água vai ter que pagar mais do que 50% de aumento no custo da energia elétrica. Isto não se justifica, Sr. Presidente.

Por isso, eu me associo ao nobre Deputado Lineu Turra neste seu protesto, porque o próprio governo anuncia os índices da inflação em 1978 na ordem de 42%, entretanto, com o maior descaramento, autoriza a elevação das tarifas de energia elétrica, em mais de 50% para o consumo doméstico. Pergunto à Casa, Sr. Presidente, até quando o povo brasileiro, vai ficar sujeito aos erros dos tecnocratas deste País, os tecnocratas que usaram e abusaram das prerrogativas dos seus cargos, não só nestes últimos quatro anos, mas, nos 14 anos de Revolução.

Porque a Revolução neste País, se fez para criar um paraíso aos tecnocratas. Está aqui o nosso protesto, Sr. Presidente, associado também ao requerimento do nobre Deputado Lineu Turra, ao qual, prazeirosamente, daremos o nosso voto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr.

Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Brasil despertou no ano de 1979 sem o malfadado instrumento de exceção que foi o Ato Institucional n.º 5, principal aparato legal de um período totalitário que, sem dúvida, manchou e marcou, profundamente, a História Nacional.

A abolição do AI-5 é, indiscutivelmente, um avanço que se pretende atribuir como uma concessão do Poder Central.

As esperanças se renovam. Sente-se que a Democracia está menos distante hoje do que esteve ontem.

Podem ser constatados muitos fatos, a partir deste momento histórico, vivido pela Nação em 15 anos de exceção.

Foi adotado modelo econômico e político que conduziu o País a uma situação social de tal natureza que poderá comprometer, definitivamente, os anseios de o Brasil se tornar, até o ano 2.000, a potência emergente. A adoção deste modelo conduziu o País a um múltiplo impasse: político, econômico, social e cultural.

O impasse generalizado teve o condão de unir, em uma corrente uníssona, todos os segmentos da Sociedade Nacional: OAB, Sindicatos, Igrejas, Intelectuais, Estudantes, Políticos, na maior coalisão verificada na História Nacional.

A bandeira dos Direitos Humanos, da volta incondicional ao Estado de Direito, da participação popular nas decisões nacionais passou a ser a característica comum a todos.

O sistema elitista, concentracionista e arbitrário teve que rever posição, não por querer a revisão, mas por não sobrar outra alternativa.

Deve ter pesado a sinceridade daqueles que, servindo ao sistema, tenham acreditado servir à Nação. O equívoco histórico é uma constante na marcha da evolução.

O pacote de abril foi o casuísimo último ao processo: pensava garantir uma maioria legitimadora à autocracia e perpetuadora do arbítrio. Serviu, entretanto, para ridicularizar os fantoches que deveriam ser os agentes do continuísmo, desacreditando, de vez, a autocracia, implantada no País em 1964, em seus postulados básicos.

Acenava, há 15 anos, com Democracia, eliminando-se a corrupção e a subversão.

Pecou-se, constantemente, contra a Democracia. A corrupção teve o seu apogeu neste período, estimulada até pelo modelo vigente e a subversão de esquerda cedeu lugar a um tipo hediondo de subversão de extrema direita, parecendo acumpliciada com a sombra do oficialismo. Seria o terrorismo particular, condenável e absurdo, cedendo lugar ao legalizado.

Muito sacrifício foi exigido de parcelas ponderáveis da opinião pública: o direito à informação foi negado por um medieval sistema de censura. Censura às comunicações, censura à criação cultural, censura ao intelecto e a pior de todas: a auto-censura.

A Democracia resistiu. Três foram as trincheiras da resistência: houve aqueles que amargaram a distância da Pátria, em um exílio inexplicável, à luz da Declaração Universal de Direitos Humanos, subscrita por nós e que, hoje, talvez possam voltar para dar sua contribuição ao restabelecimento democrático. Houve aqueles que o arbítrio banuiu da vida nacional, assassinando-lhes os direitos políticos, sem qualquer amparo de legitimidade, quando também não lhes tolheu a liberdade animal de ir e vir, confinando-os nos porões da repressão injustificada, sem qualquer respeito à integridade físico-moral, pagando então, com a vida ou parte dela, o preço de pensar diferente dos poderosos do momento. Mais comodamente, ficamos nós, a atuar em uma oposição consentida e tolerada, mas que acabou sendo o único canal e o único porta-voz das oposições nacionais a mostrar ao sistema dominante que em eleições livres e democráticas o M.D.B., como porta-voz da Sociedade Nacional, é imbatível.

A autocracia não tinha saída. Caiu o AI-5. Amenizou-se a Lei de Segurança Nacional. A censura diminuiu.

Trabalhadores e estudantes estão à margem do processo decisório nacional. Os homens da terra não tem terra para trabalhar, criada a figura do "bóia-fria", só comparável em absurdo com a figura biônica de representantes ditos do povo em casa do povo.

Queremos colaborar na construção da Democracia Brasileira, como valor humano e absoluto, sem adjetivos e sem desculpas.

Não aceitamos restrições, não engolimos advertências a não ser daqueles a quem o povo tiver atribuído mandato popular direto, livre e democrático. Caso haja sinceridade dos poderosos de hoje, contenha-se aqueles que não sabem aceitar o "verdictum" popular, único juiz de uma Democracia.

Nossos respeito àqueles que tombaram no correr do caminho, vitimados pelo arbítrio. Nossas boas vindas àqueles que estão voltando, depois de uma ausência forçada de muitos anos; a certeza de que o amargor do exílio, interno ou externo, há de servir de uma grande lição para a verdadeira conciliação nacional.

Conciliação nacional sem Constituinte e sem anistia ampla, geral e irrestrita não pode ser entendida.

Estamos dispostos a jogar o jogo da Verdade porque a Verdade é o único caminho que liberta."

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo. — (Pausa) — (Declina). — Havendo declinado, concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel. O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Convida o Sr. Deputado Quielse Crisóstomo a participar ou secretariar a Mesa).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos traz a esta tribuna ao terminar este mandato, para iniciarmos outro, se Deus quiser, neste ano mesmo. É apenas para esclarecer um fato que teve repercussão no Jornal Nacional, por intermédio do Canal 12, e de uma notícia falsa que receberam, que a imprensa recebeu e que cabe a nós, como representantes de Joaquim Távora, vir a esta tribuna e, de público, oportunamente, trazer documentos para comprovar fatos anunciados naquele veículo de prestígio nacional, por informações errôneas de dois Vereadores da Oposição de Joaquim Távora, quando mentindo para a imprensa, diziam que os operários de Joaquim Távora não recebiam há mais de um ano. Este é o estilo de nossos opositores naquela região. Ao invés de procurar auxiliar a sua comuna, auxiliar os homens que lhes depositam o voto para junto com o Prefeito, sejam da Arena ou do MDB, trazer o progresso e carrear benefícios para a sua terra e para a sua gente.

Mentindo para a imprensa, mentindo para a "Folha de Londrina", mentindo para o Canal 12, aqueles deslavados Vereadores do Movimento Democrático Brasileiro que procuram denegrir, que procuram infelizmente, ao invés de trazer à luz da verdade, para aprimorar a democracia de nossa terra, vêm mentindo, mentindo e mentindo.

Dizia o Canal de Televisão que recebeu a notícia improcedente, que a Prefeitura de Joaquim Távora não pagava os seus operários há mais de um ano, que havia dado férias coletivas. De fato, deu férias coletivas para seus operários de 15 dias, mas férias pagas. Onde ali em Joaquim Távora, para apenas uma explanação rápida, que haveremos de fazer neste momento e haveremos de trazer na próxima legislatura fatos concretos para debatermos com os representantes nesta Assembléia, daqueles agourentes representantes do Movimento Democrático Brasileiro em Joaquim Távora, ao assumir a Prefeitura de Joaquim Távora, com a ajuda do Governo do Estado.

O atual Prefeito equipou a Prefeitura com 5 caminhões basculantes que já estão pagos agora em janeiro; fez a recupe-

ração de todos os próprios municipais; recuperou um britador, aplicando duzentos mil cruzeiros do dinheiro do povo, aplicado em seu benefício; construiu com a ajuda do Governo dinâmico de Canet Júnior e seu Secretário de Transportes, 22 quadras de asfalto; estendeu uma rede de energia elétrica a um distrito a 14 quilômetros da sede, com o dinheiro exclusivo do povo tavorense; os operários foram pagos em dia; instalou-se um telefone num pequeno distrito em convênio Prefeitura-Governo do Estado.

Haveremos de trazer, Srs. Deputados e imprensa do Paraná, — que eu queria que os homens autorizados pela imprensa, divulgassem esta minha promessa e essa minha afirmativa, de trazer, nos primeiros dias, das próximas sessões, a verdade à luz: as folhas de pagamento dos operários quitadas e em dia, porque, muitas vezes, atraso há, como também há atraso nas Prefeituras do Movimento Democrático Brasileiro.

Isso são forças de circunstâncias, que a nós não concerne discutir agora. São forças de um País em inflação, do mundo inteiro em inflação. Então, neste momento, Sr. Presidente, desejava fazer um repto ao futuro representante do Norte Pioneiro, da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, que traga provas, e haveremos de cotejar os nossos diplomas, para dizer a eles que os Vereadores deles são mentirosos, que os Vereadores do MDB de Joaquim Távora não têm vergonha na cara.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Quielse Crisóstomo, inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já no apagar das luzes desta Legislatura, talvez num retrospecto dos organismos públicos e, logicamente, dos seus dirigentes nos vários setores da atividade administrativa do Estado, nós, representantes do povo, devêssemos, fazer justiça para muitos daqueles que bem atenderam o "desideratum" do nosso povo e da nossa gente.

Um nome, porém, no nosso entendimento, é um dos merecedores destacados de uma citação da tribuna da Assembléia, do Representante do Povo. Trata-se do Dr. Carlos Dirceu Tissot. Médico do Hospital de Clínicas, ex-Professor contratado da Cadeira de Fisiologia da Universidade Federal do Paraná, e Medicina e Odontologia de diversos cursos. Atualmente, médico do FUNRURAL, desde 1972. Implantou, de modo definitivo, o sistema de filosofia do FUNRURAL em nosso Estado. Conseguiu equipar mais de 200 hospitais em todo o Paraná. Implantou o sistema de médico supervisor, que fiscaliza e controla o funcionamento do sistema do FUNRURAL, com coordenação regional, numa planificação exemplar, que todos nós, parlamentares, temos conhecimento e notícia.

Implantou um sistema de atendimento ao empregador rural e seus dependentes, com aposentadoria.

Conseguiu diversas unidades móveis, com ônibus-ambulatório para o sistema médico-odontológico de Assistência Social, e ambulância que nós, muitas vezes, utilizados principalmente no Vale da Ribeira, Municípios de Rio Branco do Sul, Cerro Azul, Bocaiúva do Sul, lá na lavoura, lá no distrito, lá na casa do trabalhador, num sistema até então inédito aqui em nosso Estado.

Reajustou os subsídios dos hospitais, de forma a conseguir um efetivo atendimento ao trabalhador rural, equilibrando de acordo com a inflação.

Nós corríamos o Paraná, e cada vez que encontrávamos um médico diretor de hospital subvencionado pelo FUNRURAL — os Srs. Parlamentares haverão de testemunhar comigo — sempre éramos alvo de agradecimentos dos médicos desses hospitais, pela forma com que o FUNRURAL comparecia, a cada mês, com o compromisso em cada hospital.

E cada ano, na época oportuna, vinha a correção dos sub-

sídios.

Dinamizou e humanizou os critérios de aposentadoria do trabalhador rural.

Manteve o sistema funcionando efetivamente até o momento da unificação, em julho de 1978.

Os Srs. sabem a problemática que o Parlamentar enfrentava quando do início das aposentadorias dos trabalhadores rurais. Quando muitos pretendiam a aposentadoria, o benefício, sem as condições exigidas pelo Fundo Rural.

Quanto tentavam burlar a lei! E nesses momentos, pudemos, chegando mais próximo do serviço até então por nós desconhecido, ver o rigor e a retidão com que o Fundo Rural tratava aquele assunto.

E algumas injustiças foram corrigidas, porque muitos conseguiram burlar a lei. E quantas vezes, nós, até mal informados, chegamos a defender um ponto de vista errôneo, pensando que determinado indivíduo estivesse sendo injustiçado. E lá, no FUNRURAL, em contato com o Dr. Tissot, sempre dedicado e sempre pronto a prestar esclarecimentos, nós sempre vínhamos convencidos do direito daquele que realmente tinha e daqueles que estavam infringindo a lei.

O sentido humano com que tratava os assuntos que consideramos os mais delicados de um Estado essencialmente agrícola, e que tem, no vigor físico do homem para o trabalho braçal, no meio rural, o seu maior potencial energético.

Em cada momento que ali chegávamos, convencêmo-nos que o Serviço Médico do FUNRURAL era um dos melhores serviços da Nação brasileira em nosso Estado, e manteve esse sistema de funcionamento, efetivamente, até o momento da unificação com o INPS, em 78.

Conseguí, em parte, o entrosamento da classe médica, com relação ao atendimento do paciente pelo FUNRURAL. Porém, depois que houve a fusão do FUNRURAL com o INPS, a coisa mudou muito, infelizmente, quando que nós, passando pelos hospitais que anteriormente eram dirigidos pelo FUNRURAL, recebíamos até agradecimentos, em nome do Governo, recebíamos agradecimentos dos médicos, dos hospitais e, muito mais significativos ainda que estes agradecimentos, os agradecimentos do povo do Paraná.

A partir da fusão do FUNRURAL com o INPS, começaram os atrasos das subvenções dos hospitais, começaram as gritas e os maus atendimentos por falta de recursos; e notamos, sobretudo, que, aquele homem que trazia e trouxe, até junho de 1978, sob sua orientação e sob o rigor da sua administração, o FUNRURAL, o Doutor Tissot, começava a ser marginalizado do INAMPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica, o órgão da fusão que, eu digo da tribuna da Assembléia, foi o órgão gerado pela confusão, o que gerou a confusão. Porque, hoje, nos hospitais do Paraná, hospitais que sobrevivem sob subvenções do FUNRURAL ou, que sobreviveram até junho de 1978, pelo FUNRURAL, há um descontentamento geral. E não apenas aqui, na periferia de Curitiba, não apenas na região metropolitana, é em todo o Paraná; durante a nossa campanha política, era uma grita geral de todos os médicos de todos os hospitais do Paraná, de Norte a Sul, perguntando da razão porque havia o atraso de um dinheiro sagrado que, desde o início do FUNRURAL no Paraná, era trazido mensalmente e, muitas vezes eram chamados os Diretores dos hospitais, para virem receber o dinheiro, até antes mesmo do vencimento.

Gerou-se então, a confusão!

Nós, que conhecíamos o trabalho do Doutor Tissot e do Doutor Amosis também, Chefe da Divisão de Convênios que, já há cerca de um ano atrás foi merecedor de um pronunciamento nosso, desta tribuna, quando se ameaçava a substituição do Doutor Amosis por um técnico que viria do Rio de Janeiro e cujo Diretor do FUNRURAL aqui no Paraná, à época, era um tal de Doutor Ênio, um dos piores administradores que

eu conheci, no serviço público deste Estado, dos Órgãos Federais, eis que, pessoalmente, muitas vezes fui maltratado e mal recebido no FUNRURAL, quando então eu encontrava acolhida, por parte do Doutor Amosis e do Doutor Tissot; era como um estrangeiro no Paraná, um gaúcho, um paraibano, não interessa, de onde veio, interessava, sim, a qualidade do homem, que ele não tinha e, graças a Deus já não está mais aqui; este, ameaçou a substituição do Diretor da Divisão de Convênios, o Doutor Amosis e nós, da tribuna da Assembléia fizemos um relatório dos serviços prestados ao nosso Estado por um paranaense, Doutor Amosis, e, daí, as autoridades federais do órgão resolveram pela permanência do Doutor Amosis, no FUNRURAL, a quem nós, em nome do povo do Paraná, desta tribuna, agradecemos, esta atitude.

Hoje, com o mesmo objetivo, venho à tribuna, desta vez para defender o povo do Paraná, na pessoa do Doutor Tissot, este homem que dedicou um pedaço da sua existência, ao lavrador, ao trabalhador e ao serviço médico do nosso Estado.

Hoje, encontra-se marginalizado pelo INAMPS.

Não estou autorizado, pelo Doutor Tissot, a proferir nestes termos, o meu pronunciamento mas o faço, por conhecimento de causa. Porque as coisas andam muito mal, ultimamente, no FUNRURAL. Nada mais é atendido, ninguém mais sabe quem é dono da responsabilidade! As solicitações passam de gabinete para gabinete, e o Doutor Tissot já não tem mais poderes decisórios. E houve uma coincidência, foi a partir do momento em que o Doutor Carlos Tissot começou a ser marginalizado, que o serviço do Fundo Rural, do atendimento, da fusão que eu digo que foi confusão do INAMPS e FUNRURAL — do INPS e FUNRURAL, adquiriu nova orientação. Então hoje, aqui da tribuna, nós requeremos, porque não é um requerimento apenas assinado por mim.

Por essas razões e mais as seguintes;

O descontentamento geral dos médicos dos hospitais, o reajuste injusto realizado por elementos que desconhecem o estado e o funcionamento do sistema de FUNRURAL, glosa injusta, acarretando o descontentamento médico, com prejuízo do atendimento ao trabalhador, que é o nosso objetivo. Não estamos defendendo aqui subsídios de hospitais, estamos defendendo o bom atendimento do trabalhador.

O atraso desnecessário, porque as fontes de fornecimento dos subsídios são as mesmas. O atraso desnecessário do pagamento dos hospitais e ambulatorios, com descontentamento, gerando a marginalização do paciente do meio rural.

Por esses e por outros motivos, desejam, talvez, alguém que eu iniciarei hoje um trabalho de saber quem, talvez, também como desejavam o afastamento do Dr. Amosis anos atrás, desejem hoje o afastamento do Dr. Tissot e sua equipe que mantém funcionando o sistema e a filosofia do trabalhador rural por mais de seis anos, ou seja, desde a criação, praticamente, do FUNRURAL, como coordenador do Serviço Médico, lutando pelo homem do campo, quer no seu "habitat", quer na repartição, conseguindo internações em hospitais, transporte de doentes nos centros maiores.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, Deputado Quielse, e quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, porque o Estado do Paraná, que é um Estado que mais contribui com esta arrecadação do FUNRURAL, nós não tivemos a oportunidade, nesta fusão com o INAMPS, em que centralizaram todos os recursos no Rio de Janeiro, em que as folhas de pagamento, são feitas pelo Rio, em que colocaram o Coordenador Geral, um homem de São Paulo, e que era conhecedor do FUNRURAL e por esta razão, lá no Estado de São Paulo, vem recebendo um atendimento à altura, enquanto o nosso Estado e todos os Estados do Brasil deveriam receber, porque a grande preocupação, com

a criação do FUNRURAL, é o homem do campo, é aquele que contribui, é aquele que passa as dificuldades, como no ano passado, com aquela estiagem prolongada que não tiveram a colheita, que semearam a terra, que perderam o seu serviço, que na hora de uma assistência, não encontra recurso.

Então era esta a grande preocupação. Além dos dois por cento que ele contribui com a produção dos seus cereais, o proprietário também tem um carnet que ele paga anualmente.

Então, não se pode conceber esta fusão sem dar um atendimento especial ao homem do campo. É preciso que façamos, em conjunto, um apelo ao Sr. Ministro da Previdência Social que verifique o atendimento que vem sendo dado em cada município e dada uma especial atenção, porque nós não podemos concordar que coloquem pessoas inexperientes lá no Rio de Janeiro, que não conhece o trabalho e a dificuldade do trabalhador rural, para chegar a ter a capacidade de dizer que não vamos dar um Raio X, não vamos dar um equipamento a um hospital, porque ele alcança a classificação maior e com a classificação maior, nós teremos que pagar mais a esse hospital. Claro que se ele alcança uma melhor classificação, ele está melhor aparelhado para dar o atendimento ao trabalhador rural.

Nós tivemos a oportunidade de ver ontem, quando no programa de televisão, Canal 12, Jornal Nacional, vimos a dificuldade que passava o único Pronto Socorro da Bahia, também por falta desses recursos que foram cortados.

O aumento a esses médicos, a esses, como Vossa Excelência citou, o Dr. Tissot e Amosis, agora com esta grande elevação, o aumento que foi dado aos hospitais é de dez por cento. É quase que convidar para que rescindam os seus convênios, e o grande prejudicado não é o médico, porque ele terá outros campos. O grande prejudicado é o trabalhador, é aquele que necessita de ajuda. Por isso, eu cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz, mas é preciso que nós consigamos ainda mais, junto ao FUNRURAL. O atendimento, uma relação daquilo que vem sendo feito no Paraná e aquilo que está programado para o futuro, que é muito inferior àquilo que tem sido dado.

Muito obrigado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Vejam os Senhores Deputados, pelo aparte do nobre Líder da ARENA, de que esse é um problema do conhecimento geral no nosso Estado.

O requerimento irá vasado nos seguintes termos: (Lê)
"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de louvor ao Dr. CARLOS DIRCEU TISSOT, chefe do Serviço Médico do FUNRURAL, pela fecunda atuação desenvolvida no setor de assistência ao trabalhador rural, responsável pela implantação de uma nova dinâmica administrativa cujos frutos se materializam no equipamento de mais de duzentos hospitais no Paraná, no sistema de atendimento ao empregador rural e seus dependentes, na obtenção de ambulâncias e ônibus-ambulatórios, na humanização dos critérios de aposentadoria do trabalhador rural, e outras tantas iniciativas capazes de comprovar seu alto espírito público e sua inegável competência funcional.

Requer, ainda, que o teor do presente, seja dado conhecimento à Superintendência Nacional do INPS — INAMPS. E ao Sr. Ministro da Previdência Social.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1.979.

(a) Quielse Crisóstomo.

APOIAMENTO:—

Gilberto Carvalho, Fabiano Braga Côrtes, Egon Pudell, Jurandir Messias e Gabriel Manoel.

Médico do Hospital de Clínicas — ex-professor contratado da cadeira de Fisiologia da Universidade Federal do Paraná, em Medicina e Odontologia - diversos cursos.

Atualmente no FUNRURAL, deste 1972.

- 1- Implantou de modo definitivo o sistema de Filosofia do FUNRURAL no Estado;
- 2- Conseguiu equipar mais de duzentos hospitais no Estado;
- 3- Implantou o sistema de médico supervisor, que fiscaliza e controla o funcionamento dos sistema FUNRURAL;
- 4- Implantou o sistema de atendimento ao empregador rural e seus dependentes, e aposentadoria;
- 5- Conseguiu diversas unidades móveis (ônibus, ambulatório para assistência médica e odontológica e assistência social) e ambulâncias;
- 6- Reajustou os subsídios dos hospitais do Estado, de forma a conseguir um efetivo atendimento ao trabalhador rural, equilibrando de acordo com a inflação;
- 7- Dinamizou e humanizou os critérios de aposentadoria do trabalhador rural;
- 8- Manteve o sistema funcionando efetivamente até o momento da unificação (julho/78);
- 9- Conseguiu em parte o entrosamento da classe médica com relação ao atendimento dos pacientes do FUNRURAL;

A partir da unificação por divisão do comando:

- 1- Descontentamento geral dos médicos e hospitais;
- 2- Reajuste injusto (dez por cento e vinte por cento) realizado por elementos que desconhecem o Estado e o funcionamento do sistema;
- 3- Glosas injustas, acarretando o descontentamento médico com prejuízo do atendimento ao trabalhador rural;
- 4- Atrasos desnecessários nos pagamentos dos hospitais e ambulatórios com descontentamento gerando a marginalização do paciente do meio rural;

E por interesse outros desejam o afastamento do DR. CARLOS DIRCEU TISSOT e sua equipe, que mantém funcionando o sistema e filosofia de assistência ao trabalhador rural, por mais de seis anos, ou seja praticamente desde a criação do FUNRURAL, como coordenador do Serviço Médico.

Lutando pelo homem do campo, quer no seu "habitat", quer na repartição conseguindo internações em hospitais, transporte de doente a centros maiores, etc.

Por sugestão de Vossa Excelência, nobre Deputado Gilberto Carvalho, encaminharemos, também, ao Sr. Ministro da Previdência Social.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Consulto a Liderança da ARENA, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Presidência alerta os Srs. Deputados que, haverá, amanhã, à hora regimental, ou seja, às 14,30 horas, a sessão normal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, uma vez que essa sessão, costumeiramente, vem sendo realizada, nos dias de sexta-feira, pela manhã. Como nós temos, amanhã, somente a Redação Final para os projetos que tramitaram pela Casa e o encerramento também previsto para amanhã, à tarde, e mesmo porque de acordo com o Regimento Interno, a Redação Final dos projetos depende de um interstício de 24 horas, razão pela qual esta Presidência já antecipa a convocação dos Srs. Deputados para às 14,30 horas de amanhã, sexta-feira.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 249/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 231/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de BARBOSA FERRAZ, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 295/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 240/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Castro, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 296/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 241/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Catanduvas, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 297/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 242/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Chopinzinho, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 300/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 256/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de GOIOERÊ, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 301/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 257/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Icaraíma, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 302/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 259/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Inácio Martins, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 304/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 262/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Iretama, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 311/78,

Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 295/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Pérola, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 312/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 318/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de São Jorge do Oeste, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 316/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 325/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Terra Rica, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 318/78, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 336/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Sabáudia, objetivando a execução de reparos no prédio da Delegacia e Cadeia e do Posto de Saúde.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 319/78, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 337/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Miguel do Iguaçu, objetivando a execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Rondônia.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 320/78, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 338/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Japira, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam o Posto de Saúde e diversos estabelecimentos de Ensino.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 322/78, Mensagem no. 68/78, ex-Proposição no. 361/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Querência do Norte, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 324/78, Mensagem no. 91/78, ex-Proposição no. 367/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Jardim Olinda, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 328/78, Mensagem no. 97/78, ex-Proposição no. 329/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de São Jorge do Ivaí e interveniência dos Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — DO Projeto de Resolução no. 332/78,

Mensagem no. 99/78, ex-Proposição no. 389/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Helena, e interveniência de Órgãos financeiros do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 333/78, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 392/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, e interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 337/78, Mensagem no. 101/78, ex-Proposição no. 408/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Bocaiúva do Sul, objetivando desenvolvimento de estudos e projetos, para realização de obras de serviços de interesse metropolitano, inclusive planejamento integrado de uso do solo. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 19/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 05/78, ex-Proposição no. 90/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, e o Município de Mirador, objetivando a construção do prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 20/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 06/78, ex-Proposição no. 91/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, e o Município de São Jorge do Oeste, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 21/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 07/78, ex-Proposição no. 92/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando a construção de prédio destinado à Sub-Delegacia de Polícia, no Distrito de Santa Terezinha, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 22/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 18/78 — ex-Proposição no. 103/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e o Município de Castro, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 31/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,

Mensagem no. 08/78, ex-Proposição no. 93/78 — aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, e o Município de Icaraíma, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 47/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 09/78, ex-Proposição no. 94/78 — aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, e o Município de Marilena, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 95/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 27/78 — ex-Proposição no. 167/78 — aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, objetivando a elaboração de estudos e pesquisas que sirvam de subsídios de Modelo Territorial para o Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 187/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 73/78, ex-Proposição no. 197/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São José dos Pinhais, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC e interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros no Parque Regional do Iguaçu. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.M.A., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 228/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 303/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araucária, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 229/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 402/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Quatro Barras, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 266/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 98/78, ex-Proposição no. 380/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Barra do Jacaré, com interveniência de Órgãos que especifica, objetivando serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 267/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 98/78, ex-Proposição no. 381/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e

o Município de Dois Vizinhos, com interveniência de Órgãos que especifica, objetivando serviços de emergência destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 271/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 396/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campina Grande do Sul, com interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 272/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 397/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campo Largo, com interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 273/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 398/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Colombo, com interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 275/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 401/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Piraquara, com interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 276/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 403/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rio Branco do Sul, com interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 277/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição 404/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São José dos Pinhais, com interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 285/78, de

autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 110/78, ex-Proposição no. 414/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação financeira, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e da Associação de Crédito e Assistência Rural, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 325/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 94/78, ex-Proposição no. 370/78 — aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Jandaia do Sul, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 326/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 95/78 ex-Proposição no. 371/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Campina Grande do Sul, objetivando ajuda de custo e auxílio para manutenção de viaturas existentes no Órgão Policial da cidade. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 327/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 96/78, ex-Proposição no. 373/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Alto Piquiri, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 329/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 98/78, ex-Proposição no. 383/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Jorge do Ivaí, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 334/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 394/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Balsa Nova e interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 335/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 395/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Bocaiúva do Sul, e a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.,

por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 336/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 399/78, aprova convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CONTENDA e interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 339/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 119/78, ex-Proposição no. 419/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 340/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 120/78, ex-Proposição no. 420/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de OURIZONA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 341/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 121/78, ex-Proposição no. 421/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SÃO JORGE DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 344/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 130/78, ex-Proposição no. 426/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e diversos municípios paranaenses com a participação da COMEC, visando a aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação em obras que objetivam o desenvolvimento urbano dos municípios signatários. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 345/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 135/78, ex-Proposição no. 431/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 348/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 136/78, ex-Proposição no. 432/78, aprova Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Porto Rico e São José do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, nos referidos municípios. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 349/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 137/78, ex-Proposição no. 434/78, aprova convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, conforme especifica.

Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 350/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 138/78, ex-Proposição no. 435/78, aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios ali nominados, objetivando a execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 351/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 140/78, ex-Proposição no. 436/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando apoio do Projeto de Transporte Escolar, desenvolvimento no Estado do Paraná. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 352/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 141/78, ex-Proposição no. 437/78, aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria do Planejamento da Presidência da República, objetivando a implantação do Programa Especial do Oeste do Paraná. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 353/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 142/78, ex-Proposição no. 438/78, aprova convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado e diversos Municípios paranaenses, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 362/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 333/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND, objetivando a execução de reparos nos prédios dos Grupos Escolares Clarisse Carvalho Pagliuso e Nelita Ramos Sabella, e do Ginásio Estadual. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 363/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 334/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Engenheiro Azaury Guedes Pereira, Castro Alves e de Tupássí, da sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 364/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 357/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de IPORÃ, objetivando a execução de prédio destinado à Agência de Rendas, da Secretaria das Finanças, localizado naquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 365/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 117/78, ex-Proposição no. 417/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado

do Paraná, e o Município de UBIRATÃ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 366/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 118/78, ex-Proposição no. 418/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SÃO PEDRO DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 370/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 158/78, ex-Proposição no. 445/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios ali nominados, que com a intervenção da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 371/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 159/78, ex-Proposição no. 446/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de RIO BRANCO DO SUL, com a participação da Coordenação Metropolitana de Curitiba — COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação, no desenvolvimento urbano do município signatário. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 274/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 400/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MANDIRITUBA, com intervenção de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Aparecida Ferreira Degasperi, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell,

constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Herwin Jost, ocorrido na cidade de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinado pela COPEL um reestudo na elevação da tarifa de energia elétrica em 36 (trinta e seis por cento) como está anunciado, para vigorar no corrente ano. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de que sejam tomadas providências visando a extensão da rede de luz e força para a Vila São Paulo, no Município de Formosa D'Oeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DER, encarecendo seja construída uma rampa de acesso para retorno nas pistas de asfalto que passam pelo Distrito de Alvorada d'Oeste, na estrada Santa Tereza - Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, lido da tribuna, solicitando voto de louvor ao Dr. Carlos Dirceu Tissot, Chefe do Serviço Médico do FUNRURAL, pela fecunda atuação desenvolvida no setor de assistência ao trabalhador rural. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, sugerindo-lhe seja dotado o Distrito de Alvorada d'Oeste (Lindoeste), no Município de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo a construção e instalação de uma unidade escolar de 1o. grau, no Distrito de Jota Esse, Município de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, sexta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 19, 20, 21, 22, 31, 47, 95, 187, 228, 229, 266, 267, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 285, 325, 326, 327, 329, 334, 335, 336, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 359, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370 e 371/78.

Levanta-se a sessão.